

---

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO TAC****4 de novembro de 2025****De 14h30 à 17h30**

Reunião Virtual pela Plataforma Zoom.

---

**Ata da 47ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro**

---

Aos quatro dias do mês de novembro de 2025, às 17h30, de forma virtual, ocorreu 47ª Reunião do Comitê de Acompanhamento (CA) do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre MPF, MPPA, Semas, Alunorte e Hydro. A reunião teve como **pauta**: atualizações sobre o **item 6.3 – que trata da destinação de recursos de multas ambientais** depositadas no Fundo da Amazônia Oriental; e sobre o **item 2.1.4 – que trata do investimento de R\$ 8 milhões para tratamento e distribuição coletiva de água a comunidades**.

Entre os **membros do Comitê de Acompanhamento que participaram da reunião**: Jackeline Souza Sales, titular (2ª Representação da Sociedade Civil), Maria das Graças Pereira, titular (9ª Representação da Sociedade Civil); Arthur Queiroz, suplente (Norsk Hydro Brasil); Edson Maciel, titular (Alunorte); Eduardo Gonçalves, suplente do MPF; Elidiane Cardim, titular (6ª Representação da Sociedade Civil); Elisomar Barreto, titular (8ª Representação da Sociedade Civil); Fátima Solange Oliveira Góes, titular (4ª Representação da Sociedade Civil); Hamilton Caminha, suplente (9ª Representação da Sociedade Civil); Rosa Maria Silva, titular (7ª Representação da Sociedade Civil); Rosemiro Brito, titular (5ª Representação da Sociedade Civil); Fabiano Azevedo Pereira, suplente (4ª Representação da Sociedade Civil) e Ereny Barbosa, suplente (10ª Representação da Sociedade Civil).

Além dos membros do CA, também participou como convidada a Gerente de Projetos do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio), Lidia Lacerda. Também estava presente a equipe do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), na condição de secretaria executiva do CA, composta por: Raphael Castro, analista socioambiental; Denise Salomão, Mariana Pereira e Keyse Valadares, como assistência técnica.

Na **abertura**, Raphael Castro anuncia que a reunião está sendo gravada, relembra instruções, anuncia os presentes e as pautas da reunião.

---

**Atualizações sobre o item 6.3 – que trata da destinação de recursos de multas ambientais depositadas no Fundo da Amazônia Oriental (FAO)**

**Lídia Lacerda** se apresenta e inicia mostrando slides com atualizações referentes às últimas atividades executadas pela equipe do Funbio, que além das participações nas reuniões do Comitê de Acompanhamento, também vem realizando algumas reuniões com o membros do

CA para consultas e definições de questões relacionadas à chamada de projetos, como havia sido acordado anteriormente. O primeiro ponto apresentado foi a necessidade de adequação do cronograma da primeira chamada, que havia sido compartilhado na primeira reunião que o Funbio participou. Neste cronograma, foi anunciado o início do planejamento estratégico do projeto e da primeira chamada para agosto e a previsão de divulgação do resultado da primeira chamada para fevereiro. Posteriormente, foi feita uma atualização desse cronograma considerando os avanços das atividades e que agora, há a necessidade de uma segunda atualização para atender os prazos. Lídia destaca que os meses de agosto, setembro e outubro foram de planejamento participativo e elaboração do edital e que ao longo de novembro e dezembro será feita uma revisão e aprovação interna tanto pelo Funbio, quanto pelos membros signatários do TAC. Disse que há uma necessidade formal de aprovação do texto final do edital pelos setores jurídico, de projetos e financeiro do Funbio e pelos membros signatários do TAC para garantir a adequação do edital às regras do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. A previsão é que em janeiro deve ser lançado a manifestação de interesse, um documento em que as organizações interessadas em escrever projetos no edital possam declarar formalmente a intenção em participar e enviar dados preliminares para que o Funbio faça triagens e capacitações, a fim de apoiar as organizações na elaboração das propostas de projetos. Nas últimas reuniões foi apresentada a proposta de reunir por áreas de representação para que as lideranças de cada área possam tirar dúvidas, fazer esclarecimentos e ampliar a divulgação da chamada de projetos com as comunidades locais.

A previsão para o lançamento da chamada e capacitação para a elaboração de propostas é em fevereiro de 2026, com a possibilidade de haver mais de uma capacitação se houver um grande número de interessados. Em março, está previsto o processo de seleção e em abril, a divulgação do resultado e início da execução dos projetos pelas organizações proponentes.

Lídia atualiza que nas últimas semanas foram feitas duas rodadas de reuniões online com pequenos grupos e duas reuniões presenciais, somando no total 10 reuniões ao longo de três semanas. O objetivo da primeira rodada foi levantar dúvidas, preocupações e demandas de cada área de representação sobre a chamada de projetos. Os representantes das áreas de representação 2, 4, 6, 7, 8, 9 e 10 participaram de quatro reuniões. Já a segunda rodada teve como pauta as regras e definições específicas para a chamada de projetos, mas também os desafios locais e questões burocráticas. Essa rodada contou com a participação de membros das áreas 4, 6, 7, 8, 9 e 10.

Nos últimos dias foram realizadas duas oficinas presenciais com a participação de representantes das áreas 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 10 para responder as dúvidas levantadas nas reuniões online em pequenos grupos. Também foi realizada uma votação sobre as diretrizes do projeto mais adaptáveis às realidades locais. Essas diretrizes foram propostas pelo Funbio, com base nas conversas e reuniões realizadas virtual e presencialmente. **As diretrizes são:** **1)** inclusão e diversidade de modelos de execução, para alcançar organizações, inclusive as que ainda não são regularizadas; **2)** fortalecimento institucional; **3)** transferência a governança; **4)** descentralização de recursos; **5)** representatividade

territorial e cultural; **6)** diversidade e equidade de gênero e etária. Nenhuma outra diretriz foi sugerida além das propostas pelo Funbio.

O Funbio e os signatários do TAC vão avaliar se apenas as organizações comunitárias devem participar do projeto. Mas as representações que participaram das reuniões concordaram que as organizações comunitárias e outros tipos de organizações da sociedade civil podem ser proponentes de projetos, não apenas como aglutinadores, mas também como proponentes de projetos para benefício das suas organizações. Também houve concordância com a divisão dos prazos dos projetos em duas fases, chamadas provisoriamente de 'preparatórias' e de 'implementação'. E sendo a segunda fase dependente da primeira. Ou seja, as comunidades se tornam aptas a continuar a execução do projeto e receber a segunda parcela desde que elas consigam fazer a prestação de contas na primeira fase. Lidia ressalta que a ideia não é punir as organizações, mas garantir a segurança da execução do projeto como um todo.

De acordo com Lidia, com relação ao tempo de duração, houve a concordância dos participantes das reuniões com a criação de prazos mais flexíveis, entre 12 e 18 meses de execução, sendo a primeira fase mais curta, de seis meses; Sobre os eixos temáticos, também houve a concordância em priorizar os eixos de fortalecimento institucional e infraestrutura comunitária na primeira chamada de projetos. E no caso de projetos que tenham investimento em infraestrutura, que eles também garantam atividades e propostas relacionadas ao eixo de fortalecimento institucional; Sobre a faixa de recurso por projeto, a maioria acredita que deve ser de, no mínimo R\$ 150 mil e, no máximo R\$ 350 mil, mas não houve uma unanimidade na votação. A maioria acredita que não é necessário uma faixa de recurso mais alta para infraestrutura, mas há pessoas que afirmam que sim. Para quatro pessoas, o investimento em infraestrutura não deve ultrapassar 30%, e para três pessoas não deve ultrapassar 50%. Com relação ao pagamento da equipe do projeto, três pessoas acham que o investimento deve ser de 20%, duas pessoas acham que deve ser de até 30% e duas pessoas acham que deve ser de 10%. Sobre os critérios para as aglutinadoras, eles foram sugeridos durante as reuniões online e foram apresentados pelo Funbio para votação dos membros presentes na reunião presencial. As organizações aglutinadoras de fora do território devem apresentar uma organização local como parceira e garantir a presença de pessoas locais na equipe. Apenas duas pessoas acham necessário que essas organizações tenham no mínimo cinco anos de experiência com projetos, mas foi unânime que tenham executado pelo menos três projetos anteriores como garantia da capacidade de executar novos projetos. A maioria também acredita que as aglutinadoras devem apresentar planejamento por organização que for representar, e não um plano de trabalho geral, explicando o que vai ser executado para cada uma das beneficiárias. Também foi sugerido que a taxa administrativa das organizações aglutinadoras não fosse superior a 15% do valor total do projeto. A maioria também votou que cada aglutinadora pode representar no mínimo duas organizações e no máximo dez; O valor da proposta da aglutinadora deve ser proporcional ao número de organizações que estão sendo representadas e considerar a capacidade técnica e financeira da organização em executar os recursos;

Os membros do comitê propuseram nas reuniões online a igualdade de projetos selecionados por área de representação e não exceder duas aglutinadoras e duas incubadoras por área de representação. Lídia comenta que essa proposta precisa ser avaliada com base na manifestação de interesse para poder compreender a realidade de cada área; Já as sugestões sobre a contrapartida, o grupo entende que não devem ser obrigatórias para não serem um critério excludente para as organizações menos estruturadas, mas que possam ser usadas como critério de desempate no caso da necessidade de escolha entre organizações.

Em seguida, Lidia Lacerda explica como funciona o ciclo da chamada de projetos. A partir da manifestação de interesse, é feita a avaliação das propostas e após a seleção final das organizações é dado o início da execução do projeto com a assinatura do contrato de apoio e as capacitações. Com a assinatura do contrato com o FUNBIO, há o primeiro repasse dos recursos da primeira fase. Lídia Lacerda afirma que com relação ao monitoramento físico financeiro, a organização precisa garantir na primeira fase a prestação de contas, o monitoramento em campo para que o projeto seja de fato executado e o envio de relatórios para assim, se habilitar para a segunda fase de execução, repetindo esse mesmo esquema da primeira fase. No final da segunda fase, o projeto é dado como encerrado.

Lidia Lacerda apresenta o portal de chamadas do FUNBIO - [chamadas.funbio.org.br](http://chamadas.funbio.org.br) - , que já deve ser atualizado na próxima semana com informações das chamadas para o projeto Raízes. Os interessados podem se cadastrar na plataforma para receber informações específicas sobre a chamada. Lídia Lacerda afirma que a medida que a divulgação do edital se aproxima, é importante divulgar os canais de comunicação direta com a FUNBIO, que também possui uma política de salvaguardas para a proteção das organizações e das comunidades. Em casos de queixas ou denúncias sobre qualquer ponto relacionado ao cumprimento ou não das regras do edital, denúncias podem ser feitas pelo email [gs@funbio.org.br](mailto:gs@funbio.org.br). O comitê de ética também serve para reportar desvios de conduta ética. Para os casos considerados como suspeitas de fraude, desvio de dinheiro, etc, o canal é [protesto.compras@funbio.org.br](mailto:protesto.compras@funbio.org.br).

Com relação aos dados pessoais das pessoas que participam das atividades do projeto, que são dados sensíveis, precisam ser tratados com base na LGPD, que é a Lei Geral de Proteção de Dados. O Funbio tem um setor exclusivo relacionado à LGPD e denúncias podem ser feitas pelo canal: [privacidade@funbio.org.br](mailto:privacidade@funbio.org.br).

Lídia Lacerda agradece a oportunidade e diz que fica à disposição para esclarecimentos de dúvidas sobre as definições do projeto apresentadas e reforça o caráter de consulta desse processo que inclui as reuniões e votações feitas junto ao Comitê de Acompanhamento. Todas as propostas vão passar pela aprovação dos membros signatários do TAC, mas o funbio vem incentivando a participação do comitê de acompanhamento nessa construção.

Lídia Lacerda também agradece às representações que participaram ativamente do processo de reuniões, online e presencial, as propostas trazidas e que considera que ainda há a necessidade de propor espaços para garantir que as áreas de representação que

participaram menos do processo possam se manifestar e enfatiza que essa é uma construção participativa.

**Raphael Castro** agradece a apresentação do Funbio feita por Lidia Lacerda e abre inscrições para falas dos membros do CA.

**Fabiano**, suplente da 4ª Representação da Sociedade Civil, entende que a Hydro não deve mais ser consultada e que há a necessidade de um GT composto pelo Ministério Público do Estado, Ministério Público Federal, representantes da sociedade civil e Governo do Estado, representado pela SEMAS.

**Lídia Lacerda** afirma que o comentário é pertinente, diz que no geral as consultas foram feitas apenas com o Comitê de acompanhamento e que os signatários do TAC vêm recebendo os informativos com relação às construções feitas. Entende que o Funbio responde ao Comitê de acompanhamento e aos signatários do TAC, e que a definição de quem pode ou não opinar e decidir com relação aos termos não cabe ao Funbio, mas que aguarda orientações.

**Fabiano** diz que as reuniões em pequenos grupos foi uma estratégia boa, mas sugere uma última reunião ampla para que todos saibam as decisões construídas em grupos separados. Fabiano pede que Lídia informe sobre aqueles que não puderam participar das reuniões de grupos e reforça uma última reunião para informar a todos e criar consensos sobre o que foi construído em grupos separados.

**Maria das Graças**, titular da 9ª Representação da Sociedade Civil, gostaria que essa reunião fosse presencial.

**Lídia Lacerda** responde sobre as representações que não participaram das reuniões. Lídia relata que não teve a presença das representações 1, 3 e 5 em nenhuma das reuniões online. A representação 2 participou apenas do primeiro ciclo de reuniões. E na reunião presencial, essas mesmas representações também não conseguiram participar. Então as representações 1,2,3 e 5 não conseguiram participar.

**Lídia Lacerda** afirma que a reunião geral que Fabiano propõe dificilmente vai garantir a participação de todas as representações porque foram feitas tentativas ao longo do processo que comprovam essa dificuldade de participação. Lídia considera que o espaço das reuniões ordinárias do comitê de acompanhamento é justamente para consolidar as sugestões, tirar dúvidas, fazer perguntas e se opor a alguma proposta. Mas que mesmo assim o Funbio ainda espera realizar um espaço de escuta dessas representações que não puderam participar e que deve acontecer de modo online.

**Raphael Castro** agradece as explicações e reforça a fala de Lídia de que a reunião do comitê de acompanhamento é o espaço de legitimação, de encaminhamentos e tomada de decisão, assim como a capacitação, espaço exclusivo da sociedade civil, é um espaço para refletir

sobre o que foi apresentado na reunião do comitê de acompanhamento. Raphael também reforça que as devolutivas trazidas e apresentadas pela Lídia foram encaminhadas em outros momentos para todos os membros por email e via whatsapp.

**Fátima Solange**, titular da 4ª Representação da Sociedade Civil, diz que há preocupação com quem não participou, porém foram dadas várias oportunidades de participação online. Ela mesma afirma não ter conseguido participar das reuniões online, mas participou da reunião presencial. Fátima Solange acha que uma reunião para juntar todas as representações é impossível.

**Elidiane Cardim**, titular da 6ª Representação da Sociedade Civil, lamenta a não participação de todas as representações nas reuniões, capacitações e encontros e que acompanhou os esforços de Lídia para juntar os grupos. Também lamenta que o cronograma precise ser estendido devido ao que chamou de 'retrocessos', que foi pensar em como conseguir juntar todos para a elaboração das propostas. Elidiane afirma que Lídia Lacerda conduziu todo o processo de maneira muito competente e que ressalta a importância de sempre ter grupos menores, pois não tem como fazer essa discussão em um grupo maior.

**Lídia Lacerda** agradece novamente aqueles que conseguiram participar e que quem não conseguiu participar tem suas motivações e o Funbio tem essa compreensão e acredita que os grupos que conseguiram participar fez um esforço para considerar as realidades de todas as áreas. Lídia reforça o que Maria das Graças falou em dar confiança ao grupo representativo do território e que há esse esforço por parte de todos em garantir a qualidade da construção participativa, colaborativa. Como representante do Funbio, Lídia se considera confiante e segura no processo que foi construído e que ele vai atender a realidade da maioria.

**Lídia** reforça e relembra que caso alguma representação que não conseguiu participar se sentir prejudicada ou não contemplada, o projeto não vai ser executado em um único edital, mas em outros editais também. Esses editais poderão ser adaptados e vão precisar focar em outros eixos de atuação que ainda não foram trabalhados, o que vai exigir um novo processo de consulta e de construção coletiva novamente. Lídia reforça que pretende procurar os representantes das áreas 1,2,3 e 5 para garantir a escuta deles, mas que uma nova reunião não se deve conseguir realizar.

**Jackeline Souza Sales**, titular da 2ª Representação da Sociedade Civil, registra que a região 2 tem interesse de ter esse momento com o Funbio e as lideranças do território e que a não participação foi por motivos de incompatibilidade de agenda.

**Lídia Lacerda** esclarece que em vários momentos deixa claro que algumas informações ela não tem e que quando tem dúvidas ela busca as respostas com o Funbio, pois cada edital é construído com base na necessidade daquele público específico que vai ser beneficiado. Lídia afirma que no caso do projeto Raízes, algumas realidades ainda não tinham sido vivenciadas e que o Funbio está buscando alternativas, por isso em alguns momentos ela não tem respostas para dar aos questionamentos, mas que vem fazendo o esforço de

responder com o máximo de informações possível e que acata sugestões nas situações onde há flexibilidade.

**Raphael Castro** pede a finalização do ponto de pauta e pergunta se Lídia tem considerações finais a fazer.

**Lídia Lacerda** agradece o espaço, as contribuições que foram dadas durante as reuniões e o apoio do IEB.

---

### **Atualizações sobre o item 2.1.4 – investimento de R\$ 8 milhões para tratamento e distribuição coletiva de água**

**Raphael Castro** inicia a pauta destacando que os responsáveis pela condução, o Dr. Márcio e o Dr. Igor, que não conseguiram entrar na reunião. Raphael destaca que isso é atípico e que ambos não costumam faltar às reuniões. Dada a situação, Raphael consulta os representantes signatários presentes e os demais membros se a reunião segue para a próxima pauta ou se suspende a reunião para continuá-la em outro momento, quando Dr. Igor e Dr. Marcos puderem participar.

**Eduardo Gonçalves**, suplente do Dr. Igor, diz que não participou da última reunião das partes finais de alinhamento do projeto e que não está atualizado com relação às informações.

**Jackeline Souza Sales** acredita que na ausência do Dr. Igor e Dr. Márcio fica difícil manter a reunião.

**Edson Maciel**, representante da Alunorte, diz que também não participou da última reunião dos signatários e entende que sem a atualização que vem sendo conduzida pelo Dr. Igor e Dr. Márcio perde muita informação e detalhamento sobre o item. Edson também cita a atualização feita pela Secretaria Executiva e proposição da sociedade civil na capacitação do dia 25, que precisa ser apreciada pelos signatários, mas principalmente pelos ministérios públicos sobre o material produzido. Para garantir a qualificação da informação, Edson sugere uma agenda extraordinária para trazer esse ponto e os avanços discutidos com os signatários.

**Raphael Castro** cita as manifestações no chat em acordo com a proposta de Edson Maciel e suspende a reunião para a continuidade da pauta em outro momento, com a participação do Dr. Márcio e Dr. Igor.

**Raphael** reforça que o material citado por Edson Maciel, produzido na capacitação do dia 25 de outubro, com um conjunto de novas propostas da sociedade civil, complementares a outras propostas que já tinham sido apresentadas em outros momentos, foi encaminhada por email aos membros e reforça a necessidade de avaliação desse documento.

**Raphael** também informa sobre as atas que estão pendentes e que está encaminhando nesse momento as atas da 41ª, 42ª e 43ª. E as últimas três atas estão em processo de avaliação e elaboração para serem aprovadas e publicadas. Raphael afirma que espera enviar as atas impressas aos representantes que solicitaram ainda nessa semana e que o IEB está organizando a impressão e distribuição das residências dos representantes da sociedade civil. Raphael agradece a participação de todos, pede desculpas pela suspensão da reunião, mas reforça que é um caso atípico.

A Secretaria Executiva do CA lavrou a presente ata.